

E-16536 2

ACTA
da
Reunião de negociação com a
Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública

No dia 15 de Outubro de 2010, pelas 16h15, reuniram-se no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Dirigente Nacional e Dirigentes Sindicais da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) e, em representação do Ministério da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ), Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça e adjuntas dos respectivos Gabinetes, a fim de se proceder a reunião:

- a) De negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, integrando os seus beneficiários na ADSE;
- b) De apresentação e discussão das normas do projecto de Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 em matéria remuneratória.

Foi dado início à reunião e questionada a possibilidade de a mesma assumir carácter negocial, ao que a FNSFP confirmou nada haver a opor.

O Senhor SEJMJ informou ter-se sublinhado, em anteriores reuniões com outras entidades representativas dos trabalhadores, o facto de o projecto de decreto-lei salvaguardar os direitos adquiridos e os tratamentos em curso, passando os trabalhadores e aposentados a ficar abrangidos sem perda de direitos pelo sistema de benefícios de saúde gerido pela ADSE, cuja rede de prestação de serviços excede largamente a dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça. Destacou ainda a importância da discussão do projecto para a confirmação de que as disposições não contêm opções que a experiência anterior desaconselhe.

A FNSFP agradeceu e entende que este processo, iniciado em 2006, não os surpreende agora por ser claro que o objectivo principal do primeiro conduziria precisamente ao actual. Como então não concordaram, também agora não concordam, pois o que se faz é uma harmonização no retrocesso. Sempre defenderam a existência de um único subsistema de saúde na Administração Pública. Foram porém contra o facto de essa fusão ser feita por baixo e não por uma bitola intermédia em relação ao que era praticado pelos diversos serviços sociais. O mesmo quanto aos diversos subsistemas de saúde. Existem vários: o da Justiça, o das Forças Armadas, o das Forças de Segurança e a ADSE. A harmonização é feita desde logo pelo definhamento dos serviços, de forma propositada e planeada para depois tornar essa extinção quase desejada pelos beneficiários, que acabam por ver como vantagem passar para outro sistema, apesar

2

de os serviços sociais do Ministério da Justiça terem sido serviços com presença em todo o território e de que as pessoas gostavam. Neste momento são serviços praticamente residuais, tornando complicada esta cobertura e quase desejada a alteração. Preocupa-os sobretudo estar posta em causa a continuidade dos tratamentos, dado que o Governo propõe que os protocolos dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça transitem para os Serviços Sociais da Administração Pública exceptuadas as convenções no âmbito do subsistema de saúde com as entidades convencionadas, que não transitam para a ADSE, o que obrigará mais cedo ou mais tarde as pessoas a mudar de convenção. A FNSFP destaca, em particular, pessoas em tratamento em determinadas especialidades médicas como as da psiquiatria, psicologia, ginecologia, etc., que não é aconselhável mudarem de prestador. A FNSFP defende assim que a regra de sucessão que vem estabelecida no artigo 12.º do projecto relativa à transferência para os Serviços Sociais da Administração Pública dos acordos, contratos ou protocolos de colaboração deveria ser utilizada para a questão da saúde, sendo aconselhável assegurar a estabilidade no acompanhamento pelos actuais prestadores de saúde.

O Senhor SEJMJ destacou a garantia, prevista no artigo 7.º do projecto, de finalização dos tratamentos em curso efectuados por entidades convencionadas com a entidade gestora do subsistema de saúde da Justiça, nos termos dos n.ºs 2 e seguintes, assegurando-se assim a inexistência de hiatos no tratamento e a estabilidade no acompanhamento clínico. E destacou a intenção do legislador em se acautelar o princípio de não interrupção dos tratamentos em curso e de se continuar o tratamento não impondo uma regra de sucessão automática, caso em que se poderia gerar uma ampliação não programada pela ADSE, solução que foi considerada menos desejável do que aquela que surge prevista no artigo 7.º

A FNSFP entende que se se limitar a sucessão às situações em que não haja contrato com a ADSE e aos beneficiários que já lá estão, a questão de ter cessado no prazo de 30 dias referido no n.º 3 do artigo 7.º fica ultrapassada. Os contratos caducam *ope legis* quando existir, pelo mesmo prestador e para a mesma prestação, contrato com a ADSE. Não caducam, porém, para os beneficiários à data da entrada em vigor do presente diploma cujo tratamento em curso não possa completar-se no prazo referido.

O Senhor SEJMJ equacionou assim aditar-se um novo n.º 5 ao artigo 7.º, no sentido de se explicitar que serão adoptadas as medidas necessárias para que a transferência da responsabilidade de cuidados médicos ocorra sem interrupção, no quadro do sistema de benefícios da ADSE.

J

A FNSFP sublinhou ainda o facto de haver muitos tratamentos que não se podem concluir em 30 dias, como nos casos da psicoterapia, quimioterapia, radioterapia, entre outros, pelo que nesses casos o n.º 3 do artigo 7.º não se lhes pode aplicar.

O Senhor SEJMJ referiu serem essas as situações que devem ser objecto de especiais medidas organizativas que assegurem que não ocorram hiatos lesivos de direitos.

Posteriormente, foram abordadas questões relativamente a outras matérias, de que se destaca as seguintes:

- a) Questão da creche, cuja transferência por protocolo à Câmara Municipal de Lisboa se habilita e que era utilizada por apenas 10 crianças, do que decorria uma despesa *per capita* absurda;
- b) Futuro do pessoal do departamento de gestão do subsistema de saúde do Ministério da Justiça, tendo o Senhor SEJMJ informado que a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça os reafectará a outras funções e confirmado que não serão colocados em situação de mobilidade especial, o que a FNSFP considerou uma solução positiva e defendeu ser de aproveitar essa opção para se resolver a situação de uma trabalhadora que terá sido alvo de mobilidade interna intercarreira no mesmo departamento;
- c) Teor do Despacho n.º 15248-A/2010 do Ministério das Finanças, cujo âmbito de aplicação suscita dúvidas e que o Ministério da Justiça ficou de esclarecer junto do Ministério das Finanças;
- d) Fusões da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) com a Direcção-Geral da Reinserção Social (DGRS) e da Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAI) com o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL), além da reestruturação do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. (IRN) e da rede de conservatórias, todos estes processos que resultarão de projectos de diplomas que serão objecto de discussão e negociação nos termos legais com as entidades representativas dos trabalhadores.

No que se refere à anunciada fusão da DGSP com a DGRS, a FNSFP considerou que a mesma implicará um retrocesso civilizacional de décadas, para o que já tinham alertado por ocasião da transformação do Instituto da Reinserção Social em direcção-geral. A FNSFP alertou ainda para o facto de a DGSP ser uma estrutura maior, com uma lógica organizacional completamente diferente da da DGRS, pelo que prevêem que a lógica securitária dos serviços prisionais vá canibalizar aquilo que deve ser feito em

termos de reinserção social, reiterando o claro retrocesso nesta matéria e a preocupação relativamente ao funcionamento dos centros educativos.

O Senhor SEJMJ sublinhou que os efeitos nefastos temidos serão evitados pela legislação que enquadrará a fusão, estando a mesma a ser preparada de forma cuidadosa.

Em 15 de Outubro de 2010,

**Pela Federação Nacional
dos Sindicatos da Função Pública,
O Dirigente Nacional,**

Paulo Taborda

**Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da Justiça e da
Modernização Judiciária,**



José Magalhães